



MOEDA SOCIAL MUMBUCA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MARICÁ-RJ UMA ANÁLISE CRÍTICA

**MUMBUCA SOCIAL CURRENCY AND SOLIDARITY ECONOMY IN MARICÁ, RIO DE JANEIRO: A CRITICAL
ANALYSIS**

Renan Canalli

Universidade de Vassouras, BRA
r.canalli90@gmail.com

 orcid.org/0000-0002-7356-702X

Vânia Quintão

Universidade de Vassouras, BRA
vania.quintao@gmail.com

 orcid.org/0009-0009-5824-3471

Recebido em 07/05/2026 e aceito em 11/09/2026.



Moeda social Mumbuca e a economia solidária em Maricá-RJ: uma análise crítica

Resumo: O presente trabalho analisa a experiência da Moeda Social Mumbuca em Maricá, Rio de Janeiro, no contexto da Economia Solidária. A partir de uma análise crítica, o estudo aborda desde o arcabouço jurídico e histórico que permitiu a implementação da moeda até à sua consolidação como a primeira moeda social 100% digital do Brasil. Investiga-se como a iniciativa revitalizou o comércio local e promoveu a inclusão produtiva, ao mesmo tempo que se discute os desafios estruturais e as limitações do modelo face à necessidade de gerar autonomia real para os trabalhadores. O objetivo é compreender se a experiência de Maricá consegue romper com a lógica extrativa do capital ou se permanece limitada pelo fomento estatal.

Palavras-chave: Moeda social Mumbuca. Economia solidária. Maricá-RJ. Políticas públicas. Desenvolvimento local.

Mumbuca social currency and solidarity economy in Maricá, Rio de Janeiro: a critical analysis

Abstract: This paper analyzes the experience of the Mumbuca Social Currency in Maricá, Rio de Janeiro, within the context of Solidarity Economy. Based on a critical analysis, the study covers the legal and historical framework that enabled the currency's implementation to its consolidation as Brazil's first 100% digital social currency. It investigates how the initiative revitalized local trade and promoted productive inclusion, while discussing the structural challenges and limitations of the model regarding the need to generate real autonomy for workers. The goal is to understand whether the Maricá experience manages to break away from the extractive logic of capital or remains limited by state promotion.

Keywords: Mumbuca social currency. Solidarity economy. Maricá, Rio de Janeiro. Public policies. Local development.

Introdução

A trajetória do desenvolvimento local em Maricá-RJ é fundamentada no princípio de Paul Singer, que define o desenvolvimento comunitário como a união dos membros pela ajuda mútua e posse coletiva de meios de produção. Sob esta ótica, a Moeda Social Mumbuca surge não apenas como um instrumento de transferência de renda, mas como uma ferramenta de inclusão e fortalecimento de um território específico. Antes da sua implementação, Maricá enfrentava um cenário de estagnação, funcionando como uma “cidade dormitório” onde a riqueza era drenada para municípios vizinhos. A partir de 2008, uma mudança na vontade política permitiu a ruptura com elites tradicionais e a criação de estratégias de desenvolvimento endógeno.

I. Fundamentação jurídica e histórica

Esta seção explora as raízes conceituais e os mecanismos legais que transformaram a teoria de Singer em política pública municipal.

I.1 O pensamento de Paul Singer no contexto local

O economista Paul Singer, definiu um princípio fundamental que norteia o desenvolvimento local: “Desenvolvimento comunitário significa o desenvolvimento de todos os seus membros conjuntamente, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de certos meios essenciais de produção ou distribuição” (Singer, 2022, p. 173). É sob essa ótica que a história da Moeda Social Mumbuca e da Economia Solidária maricaense deve ser compreendida. As moedas sociais são ferramentas desenhadas para materializar essa visão, fortalecendo economias e promovendo a inclusão dentro de um território específico.

A cidade de Maricá, localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro, que hoje conta com uma população no entorno de 200 mil pessoas (IBGE, 2022, online), oferece um estudo de caso exemplar de como um município pode aplicar esse conceito para transformar sua realidade socioeconômica. A Moeda Mumbuca não apenas revitalizou a economia local, mas também se tornou a primeira moeda social 100% digital do Brasil, estabelecendo um novo paradigma para políticas públicas de finanças solidárias no país. Este capítulo aborda a jornada dessas iniciativas, desde seus humildes começos até se tornar um modelo de inovação social e finalizando com uma análise crítica dos desafios, limitações e possibilidades que permeiam essa experiência.

Antes da Moeda Mumbuca, Maricá enfrentava desafios estruturais profundos que limitavam seu crescimento e o bem-estar de sua população. O cenário era de estagnação e dependência, um quadro comum em muitas cidades interioranas do Brasil. Maricá funcionava como uma ‘*cidade dormitório*’ para a capital e demais municípios vizinhos mais desenvolvidos. Do ponto de vista da economia comunitária, este é um modelo inerentemente extrativo: a maior parte da população economicamente ativa trabalhava fora e, conseqüentemente, gastava suas receitas em outros municípios. Esse ciclo drenava a riqueza local, impedia o fomento do comércio e deixava o potencial humano da cidade subaproveitado.

A cidade vivia uma situação de estagnação, explorada por uma elite local que controlava tanto a política quanto negócios essenciais, como as concessões de ônibus. Esse domínio criava um ciclo vicioso de exploração econômica que beneficiava poucos e limitava as oportunidades para a maioria. O ponto de inflexão, como defende Zeidan (2025) ocorreu em 2008 com a eleição de um governo do Partido dos Trabalhadores (PT), liderado por Washington Quaquá. Esse novo governo rompeu com as elites tradicionais e tomou a decisão estratégica de criar um programa de transferência de renda para atender às famílias mais necessitadas, buscando uma nova rota para o desenvolvimento municipal. Este cenário de desafios históricos e uma nova vontade política criou o ambiente necessário para o surgimento de uma solução inovadora que pudesse reter a riqueza e promover o desenvolvimento endógeno (de dentro para fora) no município.

I.2 Arcabouço jurídico e segurança institucional

O arcabouço legal do município de Maricá foi determinante para a institucionalização e o apoio à Economia Solidária no território, viabilizando a criação e o fomento de instrumentos financeiros comunitários, como a Moeda Social Mumbuca e o Banco Mumbuca. Essa estrutura legal garantiu a segurança jurídica para a implementação de políticas públicas inovadoras.

As políticas de Economia Solidária em Maricá foram inicialmente formalizadas pela Lei Municipal nº 2.448/2013 que instituiu o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social. O propósito dessa lei era combater a desigualdade social através de ações de transferência de renda e geração de outras fontes de receita, buscando desenvolver o município economicamente e fomentar o comércio local. Posteriormente, a Lei Municipal nº 2.652/2015 revogou a legislação anterior e instituiu o Programa Municipal de Economia Popular e Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Sustentável no Município de Maricá.

O suporte à Economia Solidária, principalmente no que compete as finanças solidárias, é explicitado por meio da permissão para criar e apoiar instituições financeiras comunitárias. O Artigo 6º, inciso V, da Lei nº 2.652/2015, estabelece a possibilidade de criar, fomentar e apoiar instrumentos de finanças solidárias. Esses instrumentos incluem: Bancos comunitários; Moedas sociais; Fundos solidários; Cooperativas de crédito. O objetivo deste fomento é promover o acesso a serviços financeiros e bancários para a população do município com base nos princípios da Economia Solidária. Amparada por essa legislação, a Secretaria de Economia Solidária realizou um chamamento público para a implementação e gestão da Moeda Social Mumbuca e do Banco Comunitário Popular de Maricá (Banco Mumbuca).

Portanto, a resposta aos desafios de Maricá veio com uma proposta audaciosa: em vez de simplesmente transferir reais, o município criaria sua própria moeda, garantindo que os benefícios sociais municipais se convertessem em desenvolvimento econômico local. O objetivo era claro: fazer com que esses recursos circulassem exclusivamente no território da cidade, fortalecendo os pequenos comerciantes e gerando um ciclo virtuoso. A ideia, no entanto, encontrou resistência inicial, principalmente entre comerciantes que não compreendiam o projeto e o viam como um “programa eleitoral” (Zeidan, 2025, p. 41), similar a visão que tinham sobre outras iniciativas assistencialistas.

II. Resultados e inovação digital

Nesta etapa, detalham-se os marcos operacionais que permitiram à Moeda Mumbuca escala e resiliência, especialmente em momentos de crise.

II.1 Implementação e o modelo de paridade

O ano de 2013 foi decisivo para transformar a ideia em realidade. Em junho a Prefeitura de Maricá enviou à Câmara Municipal o projeto de lei que incluía a criação de um programa que previa o pagamento em moeda social mumbuca equivalente a 70 reais mensais para as famílias mais carentes,

seguindo um lastro obrigatório onde cada unidade de moeda social emitida deve ter paridade de 1 para 1 com o Real. Isso significa que para cada moeda social em circulação, há um Real correspondente retido como garantia no banco comunitário emissor, assegurando sua credibilidade e valor. Em outubro a Lei 2448/2013 foi aprovada, e a prefeitura firmou uma colaboração estratégica com o Banco Palmas, uma instituição de importância histórica por ser o primeiro e mais experiente banco comunitário do Brasil, para auxiliar na implementação técnica do projeto. Em dezembro o programa, conhecido como Bolsa Mumbuca, iniciou sua operação de forma modesta (Zeidan, 2025), atendendo 400 famílias e com apenas 1 comércio cadastrado para aceitar a nova moeda.

O projeto demonstrou um crescimento exponencial já no ano seguinte. O número de beneficiários saltou para mais de 10.000 famílias, e a rede de comércios credenciados se expandiu para cerca de 40 estabelecimentos. O orçamento anual do programa atingiu 8 milhões de reais (Ibid.), injetados diretamente na economia local. O impacto foi duplo: para as famílias, significou a garantia de alimentos e remédios; para os comerciantes, representou um aumento significativo no faturamento e a consequente geração de mais empregos.

Um momento crucial ocorreu no final de 2015. Após uma palestra do ex-Senador Eduardo Suplicy, o prefeito Washington Quaquá se convenceu da importância da Renda Básica. Em dezembro daquele ano, foi aprovada a Lei Municipal 2.641/2015, que instituiu a Renda Básica de Cidadania (RBC), vinculando e complementando o Bolsa Mumbuca com 10 reais a mais por beneficiário. No mesmo ano, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários criou a plataforma digital '*E-dinheiro*', que permitiu a modernização para aplicativos e cartões de diversas moedas sociais e foi o passo tecnológico que viabilizou a transformação da Mumbuca na primeira moeda social 100% digital do Brasil. Com essa evolução, a moeda Mumbuca transcendeu sua função original como um programa de transferência de renda para se tornar uma plataforma tecnológica e financeira versátil. A gestão pública de Maricá passou a utilizá-la como um sistema de execução de políticas sociais, garantindo que os recursos públicos sejam implementados e distribuídos de forma ágil, eficiente e com impacto econômico localizado.

A pandemia de COVID-19 em 2020 foi o teste de fogo para a Moeda Mumbuca. Como assegura Zeidan (2025, p. 51), em 2019 antes da pandemia já havia “mais de 3 mil comerciantes” cadastrados na nova plataforma '*E-dinheiro*' de movimentação da moeda Mumbuca. A existência de uma infraestrutura de proteção social já consolidada foi a vantagem estratégica de Maricá, permitindo uma resposta ágil e eficaz enquanto outras esferas de governo ainda debatiam soluções. No início de 2020, antes que o governo federal e estaduais conseguissem estruturar seus auxílios, o prefeito Fabiano Horta aumentou o valor da RBC de 130 para 300 mumbucas por pessoa, garantindo um suporte imediato à população vulnerável. Além de ampliar a RBC, a prefeitura lançou dois programas emergenciais inovadores pagos em Mumbuca para proteger o emprego e a renda durante o período pandêmico: o Programa de Proteção ao Trabalhador (PAT), um benefício de 1.045 mumbucas mensais que foi criado para pequenos empreendedores e trabalhadores autônomos, um dos setores mais

afetados pela crise. Tendo também em sequência o Programa de Proteção ao Emprego (PAE) onde 333 empresas que se comprometeram a não demitir seus funcionários receberam um benefício de 1.045 mumbucas por empregado, segundo afirma Zeidan (2025, p. 58): “ajudando a salvar 1.679 empregos na cidade”.

Os resultados foram notáveis. Dados de empregabilidade do CAGED (apud Zeidan, 2025, p. 59) nos apontam que “Maricá foi a única cidade do estado do Rio de Janeiro a registrar um saldo positivo de empregos durante os anos seguidos de pandemia”, um feito que demonstrou a força da circulação da moeda local. O sucesso foi tão evidente que o modelo de Maricá inspirou outros municípios a criarem programas semelhantes. O êxito durante a crise sanitária elevou a Mumbuca de um programa social a uma ferramenta estratégica de gestão pública, abrindo caminho para sua aplicação em uma gama muito mais ampla de políticas.

II.2 Políticas, programas, projetos e metodologias aplicadas

Após provar seu valor, a Moeda Mumbuca evoluiu para a espinha dorsal de um ecossistema de políticas públicas em Maricá. A gestão municipal passou a utilizá-la de forma estratégica, diversificando seu alcance para fortalecer a proteção social, a economia solidária e o desenvolvimento humano. Essas políticas, “são trabalhadas em quatro eixos principais: i) transferência de renda; ii) educação popular; iii) fomento aos empreendimentos coletivos e solidários; e iv) soberania alimentar.” (Pereira; Siqueira; Senra; Costa, Ipea, 2020, p. 2). A partir de 2021, após a pandemia, a Prefeitura continuou a expandir o uso da Moeda Mumbuca como meio de pagamento para novos programas, demonstrando sua flexibilidade.

Tabela 5 – Programas Sociais de Maricá pagos com a Moeda Social Mumbuca

Programa	Ano de Criação	Descrição
Mumbuca Indígena	2017	Compensação histórica para os povos indígenas residentes em Maricá no valor de 300 mumbucas por pessoa para todos os indígenas das duas aldeias registradas na FUNAI.
Mumbuca Futuro	2018 (piloto) 2023 (retomada)	Programa de combate a evasão escolar que inclui poupança, bolsa mensal, aulas de economia solidária, cooperativismo e educação financeira com metodologias da educação popular de Paulo Freire para estimular que os estudantes criem planos de negócio nos moldes dos EES.
Aluguel Social	2021	Benefício temporário para atender a população que vive em áreas de risco ou em vulnerabilidade habitacional.
Mumbuca Alimentação	2022	Vale-alimentação para todos os servidores públicos do município no valor atual de 650 mumbucas.
Auxílio Recomeço	2022	Bolsa de 5.000 mumbucas para famílias vítimas de desastres naturais, como enchentes e deslizamentos.
Mumbucão	2023	Apoio financeiro a protetores de animais para custear cuidados.

PPT (nova versão do PAT)	2023 (suspensão) 2025	Programa de Proteção ao Trabalhador, focado em MEIs. Meio salário mínimo pago em moeda Mumbuca para investimentos e capital de giro.
Recomeçar Sem Violência	2023	Benefício no valor de 1 salário mínimo pago durante um ano para mulheres vítimas de violência doméstica, oferecendo a autonomia financeira necessária para romper o ciclo de abuso.
Auxílio Cuidar	2023	Benefício de 1.518 mumbucas destinado a famílias com pessoas com deficiência (PcDs), para apoiar cuidadores e responsáveis legais.

Fonte: Zeidan, 2025, p. 60-66 (elaboração do autor, 2025)

Após essa expansão, posterior ao período pandêmico, ocorreu também uma importante mudança de percepção. A Moeda Mumbuca deixou de ser vista pela população e pelos gestores públicos apenas como um programa de transferência de renda, ajudando também a romper com o estigma da moeda social ser algo apenas da população de baixa renda para ser compreendida como “uma ferramenta de pagamento que poderia ser usada de formas diversificadas” (Zeidan, 2025, p. 59). Sua ampla aceitação pelos comércios chegou ao ponto de mudar a gestão de estoque e o controle de caixa dos estabelecimentos, que passaram a integrar a Mumbuca em suas operações diárias.

Com o lançamento da plataforma financeira digital ‘E-dinheiro’, Maricá conseguiu operacionalizar um ciclo econômico que não dependesse de empresas externas, alinhando as transações aos ideais da economia solidária. Uma taxa de 2% cobrada dos comerciantes ou prestadores de serviço sobre as transações financeiras em Moeda Mumbuca passou a ser direcionada ao Fundo do Banco Mumbuca. Esses recursos financeiros são convertidos em duas políticas de crédito com taxas de juros baixas ou nulas, podendo emprestar até 10 mil. O Mumbucred (Crédito Produtivo Solidário) oferece seis linhas de crédito para financiar capital de giro, máquinas ou insumos para Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), com taxas entre zero e 1% ao mês, e o Casa Melhor oferece três linhas de crédito para financiar construções, reformas domiciliares, móveis, eletrodomésticos, todas com juros zero, com limite de empréstimo de 3 mil e podendo ser pagos em até 10 parcelas. (Pereira; Siqueira; Senra; Costa, Ipea, 2020, p.6). Essas políticas de finanças solidárias criaram um ecossistema autossustentável, onde o sucesso da política – medido pelo aumento do comércio local e dos comerciantes vinculados – capitalizou diretamente sua própria expansão, se tornando um mecanismo crucial para a sustentabilidade a longo prazo.

Em 2022, representando mais uma intervenção estratégica, o Banco Mumbuca expandiu seu escopo de fomento com a criação da Incubadora Sementes de Negócios Solidários, um grupo de trabalho focado em apoiar a constituição e regularização de entidades da Economia Solidária. A Incubadora Sementes como destaca Zeidan (2025, p. 66) presta consultoria para “MEIs, Pequenas Empresas, Cooperativas, Associações e trabalhadores informais”. Ao fomentar o cooperativismo e oferecer consultorias, a Incubadora busca fortalecer ativamente a capacidade produtiva local que a Moeda Mumbuca se destina a apoiar. Até o final de 2024, a Incubadora Sementes já havia formado 3

cooperativas de produção, 5 associações diversas e auxiliado mais de 300 MEIs, além de regularizar diversas associações já constituídas.

III. Análise crítica: desafios e limitações

Esta seção confronta os sucessos operacionais com os riscos de desvio dos princípios fundamentais da economia solidária.

III.1 A Invisibilidade dos impactos reais

A trajetória de Maricá no estabelecimento da Moeda Mumbuca e de um complexo sistema de políticas sociais vinculadas à Economia Solidária configurou-se como uma estratégia robusta para combater a estagnação econômica e promover o desenvolvimento local. Contudo, recentes mudanças na gestão municipal, caracterizadas pela extinção de programas sociais e pela retórica de "enxugar a máquina pública" (Maricá Info, 2024, online) em um tom de austeridade, suscitam questionamentos acadêmicos sobre a sustentabilidade do projeto original e sua capacidade de evoluir e expandir para um modelo mais ambicioso.

Com programas inovadores como laboratórios de políticas de economia solidária e a amplitude da Moeda Social Mumbuca, o município atraiu a atenção de gestores, pesquisadores e acadêmicos de todo o mundo, tendo inclusive sediado o 24º Congresso Internacional de Renda Básica (BIEN 2025). Contudo, por trás da fachada de sucesso e do maciço investimento público, oculta-se um paradoxo: o verdadeiro impacto socioeconômico de seu ecossistema permanece notavelmente às cegas. Dados cruciais sobre o desempenho das cooperativas, a sustentabilidade dos empreendimentos fomentados e as condições de trabalho dos associados são, na prática, confidenciais, com acesso restrito, em geral à administração do Banco Mumbuca e à Secretaria de Economia Solidária.

A análise das políticas de Maricá frequentemente se concentra em números de grande escala que, embora impressionantes, fornecem um retrato incompleto e podem mascarar fragilidades estruturais. A dimensão do investimento público é, de fato, monumental, pintando um quadro de sucesso inegável em termos de escala financeira: "Total de Beneficiários - 118.760 pessoas atendidas por todos os programas em 2024; Investimento Mensal Total - R\$ 41.199.456,13 injetados na economia local ao longo de 2024" (Zeidan, 2025, p. 67). Essas cifras representam *inputs* (investimento público) e *outputs* (número de beneficiários), mas não são indicadores genuínos dos tipos de *impacto*. Eles quantificam o esforço, não a transformação. A ausência de dados públicos detalhados nos impede de responder a perguntas críticas para a avaliação de qualquer política de desenvolvimento social.

Qual é a taxa de longevidade das cooperativas e associações formadas pela Incubadora Sementes? Quantas se tornaram autossustentáveis após o fomento inicial? Qual é a faixa de remuneração dos trabalhadores associados a esses empreendimentos? Essa renda garante condições de vida dignas? Os MEI's e EES's apoiados pelo MumbuCred estão, de fato, construindo negócios resilientes ou operando em um ciclo de dependência dos programas sociais? Qual é o impacto real e

mensurável desses programas na redução das desigualdades para além da simples transferência de renda?

O caminho para essas respostas é inevitável e necessário: a criação de um *Sistema de Informações da Economia Solidária de Maricá* (*'SIES de Maricá'*), de acesso público e aberto. Essa plataforma não seria apenas um portal ou observatório de dados, mas uma ferramenta de controle social e planejamento estratégico, permitindo que cidadãos, pesquisadores e os próprios gestores meçam o que realmente importa. Seus indicadores devem ir além das cifras de investimento e incluir: Nível de faturamento, sustentabilidade e longevidade das cooperativas e empreendimentos solidários; Número de postos de trabalho gerados, faixa de remuneração e distribuição de renda dentro dos empreendimentos, e métricas de redução de desigualdades; Análise de custo-benefício e impacto real de programas de fomento como o MumbuCred e dos resultados da Incubadora Sementes.

Sem respostas a essas questões, o modelo de Maricá corre o risco de ser avaliado apenas por seu volume financeiro, e não por sua capacidade de gerar autonomia e justiça social. Quando dados públicos são escassos, a narrativa política assume o controle. Decisões que afetam milhares de vidas passam a ser justificadas por slogans e promessas, em vez de evidências de desempenho. Implementar o *'SIES de Maricá'* é o passo decisivo para que a revolução saia da escuridão dos gabinetes e se transforme em um modelo verdadeiramente democrático, resiliente e replicável, cuja legitimidade se baseia em resultados verificáveis, e não em retórica política.

No livro *Moedas Sociais: a moeda Mumbuca de Maricá e outros exemplos* (2025, p. 97), Diego Zeidan, ex-secretário de economia solidária, ex-vice-prefeito e filho do prefeito de Maricá, Washington Quaqué, revela que “seu sonho” para o município é alcançar um sistema semelhante ao da Corporação Mondragón, localizada no País Basco, nas proximidades de Bilbao, que é reconhecida como o maior conglomerado de cooperativas do mundo e o sétimo maior conjunto empresarial da Espanha, uma prova viva da viabilidade da propriedade operária e da gestão democrática em escala industrial, financeira e global. O modelo Mondragón é baseado em um “verdadeiro ecossistema cooperativo” (idem, p. 96) composto por três pilares interligados: a Universidade Cooperativa (para formar profissionais aptos a trabalhar nas cooperativas, abrangendo tanto as áreas técnicas quanto as de gestão administrativa), o Banco Cooperativo (provendo financiamento e crédito para novos projetos e possibilitando a expansão das cooperativas) e um Modelo de Gestão Integrada que inclui até uma organização fundiária de benefício mútuo que garante saúde e previdência aos trabalhadores associados, reforçando os laços de interdependência e da “Soberania do Trabalho” sobre o Capital (Mondragon Corporation, 2025, online).

Mondragón, entretanto, oferece um modelo consolidado há décadas, fundamentado na posse dos meios de produção pelos trabalhadores e em uma rede de intercooperação e complexidade produtiva, tendo fundado a primeira fábrica metalúrgica cooperativa, a ULGOR, em 1959, que serviria de celeiro para o surgimento de outras fábricas cooperativas e autogestionárias como a Arrasate Coop., na fabricação de matrizes para corte e estampagem e na Fagor Electrónica,

especializada na produção de eletrodomésticos (Cruz; Cardoso, 2002). O exemplo de Mondragón traz luz para a radicalidade de um dos pontos-chave que norteiam este trabalho e as aspirações de Paul Singer:

A economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de autossustento, usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona. Em outras palavras, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiros e científico-tecnológico solidário (Singer, 2022, p.133).

O sucesso da Corporação Mondragón é reconhecido no contexto de Maricá, que em 2024 iniciou um intercâmbio com a Corporação para aprender e trocar conhecimentos, visando minimizar erros na construção do seu próprio ecossistema cooperativo local (Zeidan, 2025).

III.2 A Encruzilhada da austeridade e do “pensionismo”

A cidade se encontra hoje em uma profunda encruzilhada. Washington Quaqué, o arquiteto original dessas transformações e ex-prefeito, retorna ao poder em 2025 com um discurso de austeridade, prometendo “enxugar a máquina pública” (Maricá Info, 2024, online) e reavaliar programas sociais. Esta mudança abrupta de retórica levanta uma questão fundamental: esta guinada representa uma inevitável correção fiscal em um modelo excessivamente dependente de royalties do petróleo, ou configura o início do desmonte deliberado de um ecossistema que, se nutrido, poderia escalar para um complexo cooperativo industrial nos moldes da Corporação Mondragón se mantendo fiel aos princípios da Economia Solidária?

Em declarações públicas, a nova política de Washington Quaqué, apresentada como a “revolução da revolução”, foi caracterizada por um tom de austeridade e uma crítica direta ao modelo de apoio socioeconômico vigente, que o mesmo liderou e ajudou a criar, visto agora como um “pensionismo” (um termo pejorativo para políticas de assistência social vistas equivocadamente como passivas e improdutivas) que precisaria ser substituído por uma visão de “empreendedorismo”. “Nós não vamos dar pensão para as pessoas [...] Não se pode confundir empreendedorismo com pensionismo”. “Com dois anos de PPT eu monto duas indústrias em Maricá”. Pelo discurso do atual Prefeito, o recurso orçamentário anteriormente destinado ao PPT (suspensão em janeiro de 2025) será redirecionado para “reconstruir uma nova economia” com foco na industrialização de Maricá. A estratégia é montar fábricas (como a de pequenos tratores e a de vidros de garrafas) para gerar “milhares de empregos” visando tornar a cidade “rica, industrializada e independente do petróleo em 6 a 8 anos”. No entanto, essa “revolução da revolução” exige, nas palavras do Prefeito, um “remédio amargo” cujas consequências imediatas já se fazem sentir na estrutura administrativa e social da cidade (Quaqué, Maricá Info, 2025, YouTube, online).

Nesse contexto, a prefeitura se posiciona como um “fomentador de negócios”. O apoio ao empreendedorismo será provido pelo Banco Mumbuca, oferecendo recursos e assistência técnica,

contanto que o empreendedor apresente um “plano de negócios”. Essa abordagem afasta-se do fomento à economia solidária para abraçar um modelo que visa apoiar o desenvolvimento de *negócios individuais*, como “capital de giro para vendedores de água na praia” ou “assistência técnica para vendedores de cachorro-quente”. O objetivo é incentivar uma cidade de “gente trabalhadora” e evitar a “acomodação com dinheiro da prefeitura”. (Quaquá, Maricá Info, 2025, YouTube, online). O foco da nova gestão em apoiar microempreendedores individuais (MEI’s) com planos de negócio, sugere uma priorização do modelo de empreendedorismo de mercado, tradicional ao modelo capitalista, em via oposta das estruturas de propriedade e produção coletiva que caracterizam a Economia Solidária. A busca por uma *‘revolução da revolução’* levanta uma questão inevitável: qual será o preço a pagar quando os frutos mais valiosos da revolução original forem destruídos no processo?

Além do desmonte estrutural de programas de proteção ao trabalhador precarizado como o fim do PPT, essa nova guinada de gestão aponta também para mudanças mais sutis, porém igualmente reveladoras. A partir de 2025 com a vigência do novo governo, a antiga Secretaria de Economia Solidária foi renomeada para Secretaria de Economia Solidária e Empreendedorismo Social. Essa mudança semântica, imperceptível ou indiferente para muitos, reflete indícios para uma possível *‘adaptação corruptiva e deturpada’* dos preceitos da economia solidária, que podem estar sendo assimilados por fenômenos neoliberais contemporâneos como a *‘cultura coaching’* de exaltação do *‘empreendedor’* como força produtiva diferenciada e exemplar, além do incentivo e propagação da *‘pejotização’* das relações de trabalho. A estratégia de redirecionar recursos da moeda social para uma industrialização tradicional e o apoio a planos de negócios individuais, ao mesmo tempo em que se cortam programas sociais e remodelam uma *‘nova roupagem’* da economia solidária, coloca em risco a possibilidade de desenvolver uma estrutura cooperativa autêntica e de grande escala. A nova visão de desenvolvimento industrial proposta por Quaquá, embora possa gerar empregos, levanta questionamentos. A construção de algumas fábricas é uma estratégia superior ou apenas a substituição de uma dependência (royalties do petróleo) por outra (indústria tradicional, sujeita às crises de ciclos econômicos externos)? A retórica da *‘economia das pessoas e das famílias’* soa contraditória quando a política prioriza grandes investimentos de capital em detrimento do tecido social e cooperativo já existente. O *‘remédio amargo’* prometido para curar a suposta doença do *‘pensionismo’* corre o risco de matar o paciente no processo.

Portanto, à luz do modelo Mondragón, assim como *‘sonha’* Zeidan (2025), a lição crucial não é apenas a industrialização em si, mas a natureza cooperativa dessa industrialização. O verdadeiro salto qualitativo para Maricá seria fomentar a criação não apenas de empregos, mas de empregos com dignidade, propriedade operária e gestão democrática. Em vez de simplesmente atrair empresas privadas (ou de domínio municipal, vulnerável aos ciclos do petróleo e da política), a cidade poderia usar seus recursos para apoiar a formação de cooperativas industriais e de serviços, onde os trabalhadores seriam os donos dessas fábricas. Não seria mais interessante para a industrialização de

Maricá o lugar de vanguarda na criação de Fábricas Cooperativas de grande porte e autogeridas assim como no modelo de Mondragón?

Considerações finais

Este artigo encerra a análise crítica sobre a trajetória e a materialidade da Economia Solidária (ES) no cenário contemporâneo, tomando a experiência de Maricá-RJ como um estudo de caso emblemático. Ao longo da investigação, buscou-se desvelar as complexas e, por vezes, contraditórias manifestações desse modelo em um contexto de aprofundamento da precarização estrutural do trabalho. O percurso investigativo permitiu confrontar as raízes históricas do movimento com as pressões exercidas pela lógica do neoliberalismo, avaliando até que ponto as políticas de finanças solidárias conseguem manter seu ímpeto emancipatório ou se sucumbem a uma funcionalização pelo mercado.

O problema central que mobilizou este estudo reside na tensão manifesta entre os preceitos coletivistas que fundamentam o discurso da Economia Solidária e sua aplicação prática sob a égide do neoliberalismo. A pesquisa demonstrou que, embora a Moeda Social Mumbuca apresente uma alta efetividade como política de transferência de renda e dinamização do comércio local, existe uma baixa efetividade na consolidação de um modo de produção alternativo e autônomo. A análise revela que a prática recente da gestão municipal indica uma aplicabilidade limitada dos conceitos de Paul Singer, resultando em uma crescente diluição das propostas de autogestão em favor de uma lógica de fomento ao empreendedorismo individual.

As indagações propostas inicialmente podem agora ser respondidas de forma inequívoca: a prática da Economia Solidária em Maricá, em sua fase atual, apresenta um desvio significativo em direção a uma lógica individualista. A tese de uma "adaptação corruptiva" é validada pela observação de um modelo híbrido que utiliza a ferramenta da moeda social para fortalecer políticas de bem-estar, mas que simultaneamente assimila a gramática neoliberal do Microempreendedor Individual (MEI). Essa mudança de paradigma neutraliza o potencial transformador da proposta original, transformando o que deveria ser um embrião de superação do capital em uma estratégia de gestão da sobrevivência e de contenção do exército industrial de reserva.

A contribuição central deste trabalho reside na desmistificação teórica e empírica do setor. Ao avançar para além do discurso frequentemente laudatório, utilizou-se o referencial da economia política para expor como mesmo as iniciativas mais bem-sucedidas de moedas sociais podem ser confrontadas com dilemas que ameaçam seu caráter coletivista. A renomeação institucional para "Secretaria de Economia Solidária e Empreendedorismo Social" surge como um sintoma inequívoco dessa cooptação ideológica pela via da semântica, onde a linguagem do negócio privado esvazia o potencial crítico da organização popular, tratando a economia solidária como sinônimo de pequenos empreendimentos precários.

É fundamental reconhecer, contudo, as limitações que condicionaram o alcance desta análise. A defasagem dos dados nacionais do Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES) e a ausência de indicadores socioeconômicos públicos e detalhados sobre os empreendimentos em Maricá restringiram a profundidade da avaliação. A falta de dados sistematizados sobre faturamento, longevidade e renda real dos trabalhadores torna o monitoramento da política excessivamente dependente da análise do discurso político e de dados agregados, dificultando a mensuração da real autonomia produtiva alcançada pelos cidadãos maricaenses.

Por fim, emergem deste estudo sugestões para o aprimoramento da prática e da pesquisa no campo das finanças solidárias. É imperativa a criação de um sistema de informações municipal de acesso público (um “SIES Maricá”) para garantir transparência e controle social. Além disso, propõe-se que o fomento público seja estrategicamente redirecionado para a constituição de fábricas cooperativas de produção em larga escala, inspiradas em modelos de sucesso como o da Corporação Mondragón. Somente através de um desenvolvimento industrial autogerido, que priorize a complexidade tecnológica e a remuneração digna em detrimento do foco no microempreendedorismo individual, Maricá poderá consolidar um sistema produtivo capaz de confrontar a lógica extrativa do capital e garantir uma soberania do trabalho verdadeiramente solidária.

Referências bibliográficas

CRUZ, Antonio; CARDOSO, Alessandra. **A astúcia dos ferreiros contra a força do dragão**: as lições (e as não-lições) da experiência de Mondragón para a economia solidária no Conesul. Campinas: arquivo eletrônico, 2002. Disponível em: <http://antares.ucpel.tche.br/nesic/astuciadossferreiroscontra.pdf>. Acesso em 20 nov. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados sobre a cidade de Maricá**, 2025. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/marica.html>. Acesso em: 17 nov. 2025.

MARICÁ INFO. **Quaquá fala sobre o fim do PPT e promete usar recursos para construir fábricas em Maricá**. YouTube, 20 nov. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6CVcg2CBtd4>. Acesso em: 19 nov. 2025.

MONDRAGON CORPORATION. **Toda la historia de la Corporación MONDRAGON**. Disponível em: <https://www.mondragon-corporation.com/historia>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MUNICÍPIO DE MARICÁ. Decreto nº 98, de 19 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Programa Mumbuca Futuro. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, v. 9, n. 820, 27 dez. 2017. Disponível em: https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/JOM_820_27-12-2017.pdf. Acesso em: 14 set. 2024.

MUNICÍPIO DE MARICÁ. Lei nº 2.448, de 26 de junho de 2013. Institui o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, v. 5, n. 383, 08 jul. 2013. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/jom-383.pdf>. Acesso em: 14 set. 2024.

MUNICÍPIO DE MARICÁ. Lei nº 2.641, de 11 de dezembro de 2015. Institui o Programa de Renda Básica de Cidadania – RBC no Município de Maricá. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, v. 7, n. 622, 16 dez. 2015. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/jom-622.pdf>. Acesso em: 14 set. 2024.

MUNICÍPIO DE MARICÁ. Lei nº 2.652, de 15 de dezembro de 2015. Institui o Programa Municipal de Economia Popular e Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Sustentável no Município

de Maricá. **Jornal Oficial de Maricá (JOM)**, v. 7, n. 622, 16 dez. 2015. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/jom-622.pdf>. Acesso em: 14 set. 2024.

PEREIRA, Amanda Souza do Nascimento; SIQUEIRA, Diego Zeidan Cardoso; SENRA, Lorena Thevénard; COSTA, Nathan Melo. **As políticas públicas de economia solidária no município de Maricá/RJ**. Economia Solidária e Políticas Públicas: Ipea - Mercado de Trabalho, [s. l.], n. 70, setembro 2020.

QUAQUÁ diz que vai usar dinheiro do PPT para construção de fábricas; entenda! **Maricá Info**, Maricá, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://maricainfo.com/2024/11/19/marica-quaqua-diz-que-vai-usar-dinheiro-do-ppt-para-construcao-de-fabricas-entenda.html>. Acesso em: 19 nov. 2025.

SINGER, Paul. **Economia solidária: introdução, história e experiência brasileira**. São Paulo: Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2022.

ZEIDAN, Diego. **Moedas sociais: A moeda Mumbuca de Maricá e outros exemplos**. Maricá: Editora Marilá, 2025.